

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.038 - PR (2020/0270390-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ALDEVINO VILAS BOAS DA SILVA**  
**ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**  
**SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788**  
**ISABELLA MARIA BIDART LIMA DO AMARAL - PR054744**  
**AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449**  
**CESAR AUGUSTO DE FRANÇA - PR027691**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por ALDEVINO VILAS BOAS DA SILVA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL  
SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO AÇÃO DE  
COBRANÇA SEGURO HABITACIONAL CONTRADIÇÃO  
E OMISSÃO INOCORRÊNCIA INCONFORMISMO COM  
A DECISÃO CLARA INTENÇÃO DE REAPRECIAÇÃO  
DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO  
DESCABIMENTO EMBARGOS REJEITADOS

Alega o recorrente dissídio jurisprudencial quanto ao art. 51, incisos I, IV, XIII e § 1º, II, do CDC, defendendo ter direito à cobertura securitária no caso dos autos, trazendo os seguintes argumentos:

Inicialmente, é preciso destacar que por ser o Seguro Habitacional um típico contrato de adesão, imposto ao mutuário do Sistema Financeiro de Habitação, sem a mínima possibilidade de discussão acerca de suas cláusulas e condições, o mesmo merece interpretação mais favorável ao segurado, em casos de dúvida sobre seu alcance, uma vez que cláusulas que o mesmo sequer conheceu, ou mesmo teve oportunidade em discutir no momento da assinatura do contrato, não podem agora ser interpretadas em seu desfavor, a teor das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Nesse contexto, a fundamentação da decisão ora recorrida ofende frontalmente o artigo 51, inc. I, IV, XIII e §1º II, do Código de Defesa do Consumidor: (...) (fls. 910/911).

Assim, temos que o subitem 3.1 da cláusula 3 a (Riscos

Cobertos) das Condições Particulares para os Riscos de Danos Físicos da Apólice do Seguro Habitacional, menciona a cobertura securitária para todos os riscos que possam afetar o imóvel, ocasionando as hipóteses de: incêndio; explosão, desmoronamento total; desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural; ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada; destelhamento e inundação ou alagamento. Ainda, da análise da cláusula 4 a das Condições Particulares para os Riscos de Danos Físicos da Apólice, referente aos Riscos Excluídos, salta aos olhos que a hipótese de vício de construção não está incluída na referida cláusula de exclusão de cobertura. Portanto, em não havendo previsão expressa de exclusão da cobertura securitária dos danos provocados por vícios construtivos nos imóveis objetos do Seguro Habitacional, o contrato de seguro abrange tais vícios e, em decorrência lógica, obriga a seguradora na sua indenização. (fls. 912).

Os eventos descritos nas alíneas "c", "d" e "e" da cláusula 3' (Riscos Cobertos) das Condições Particulares para os Riscos de Danos Físicos da Apólice do Seguro Habitacional, são decorrentes das falhas ou defeitos na execução da construção dos imóveis, ou seja, são consequências naturais e previsíveis dos vícios construtivos, cobertos pela apólice do seguro habitacional. Salienta-se que os Tribunais Pátrios, diversamente do que entendeu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entendem que nas apólices de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação está prevista a cobertura securitária, uma vez que na cláusula 3' encontra-se previsto, expressamente, que cabe indenização nos casos de desmoronamento ou ameaça de desmoronamento total ou parcial. Ainda, na cláusula que determina as causas de exclusão não encontra-se no rol o vício de construção: (...) (fls. 913).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Do Laudo Pericial acostado aos autos (movs. 1.49 a 1.51), observa-se que os danos constatados no imóvel decorrem de vícios de construção, e que não há iminente risco de desmoronamento total ou parcial do imóvel, muito embora não se possa afastar a característica da eventualidade.

Necessária, portanto, a análise das cláusulas das condições especiais do seguro (movs. 1.7 e 1.8), que assim dispõem:

[...]

Como se pode constatar, está expressamente excluída a cobertura securitária por vícios de construção.

Pertinente ressaltar, nesse particular, que as disposições

contratuais em questão são compatíveis com as particularidades do contrato de seguro imobiliário, e não violam as normas de proteção ao consumidor, de aplicação indiscutível ao caso.

Além disso, como já ressaltado, as informações prestadas pelo Perito Técnico, são no sentido de que os danos constatados nos imóveis não são capazes de gerar risco iminente de desmoronamento de paredes, vigas, etc., razão pela qual a negativa de cobertura mostra-se legítima. (fl. 854)

Assim, no que concerne à controvérsia debatida nos autos, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática e/ou identidade jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado, que não decidiu a questão com base nas mesmas circunstâncias acima delineadas.

Nesse sentido, o STJ decidiu: "Quanto à apontada divergência jurisprudencial, observa-se que os acórdãos confrontados não possuem a mesma similitude fática e jurídica, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido trata da prescrição quanto à indenização pela demora injustificada na concessão de aposentadoria, os acórdãos paradigmas cuidam do termo inicial da prescrição para requerer a conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia". (AgInt no REsp 1.659.721/SC, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no AREsp 1.625.775/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 25/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente